

M-93-12



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

8

A PROBLEMÁTICA DE EVASÃO E REPETÊNCIA NAS ESCOLAS
PÚBLICAS.



Francisca Eliene Bezerra

NATAL - RN

1993



FRANCISCA ELIENE BEZERRA



A PROBLEMÁTICA DE EVASÃO E REPETÊNCIA NAS ESCOLAS
PÚBLICAS.

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, do Curso de História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da Professora Marlene da Silva Mariz, a fim de obter a graduação em História Bacharelado e Licenciatura.



"Educar é preparar o HOMEM a ser plenamente
ele mesmo e a enfrentar existencialmente a
própria MISSÃO HISTÓRICA E SOCIAL com compe
tência e vontade de cumprimentá-la".

(Basílio Rueda Gusmán)



SUMÁRIO

	PÁG.
AGRADECIMENTOS	
INTRODUÇÃO	
1. CONTEXTO HISTÓRICO	01
2. O RIO GRANDE DO NORTE E A QUESTÃO EDUCACIONAL	09
3. A ESCOLA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO . .	13
3.1. O papel da instituição: a escola . .	13
3.2. A construção do saber: uma proposta pedagógica construtivista de ensino	14
3.3. Procedimentos metodológicos. (Entrevista)	16
4. LEVANTAMENTO DE DADOS	20
5. CONCLUSÃO	21
6. ANEXOS	22
7. NOTAS	25
8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	26



AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, professora do Departamento de História da UFRN, MARLENE DA SILVA MARIZ, que muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Aos professores e colegas do curso, pelas discussões e incentivos.

A minha família que tanto me incentivou no decorrer de todo o curso.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste de uma análise de problemas relacionados ao ensino de 1º grau envolvendo a problemática de evasão e repetência nas escolas públicas. O critério de escolha para se discutir sobre este nível de ensino, foi o fato de representar a primeira etapa de escolarização pelo qual deverá passar toda a população brasileira. Tal condição confere ao primeiro nível uma importância fundamental, porque os atrasos, que se verificam acarretam para a criança. - - - - - 9

9 } Aborda o aspecto das desigualdade de oportuni-
dade na Escola, separando ^{as} classes sociais pela divisão do trabalho e a relação entre a Escola, classes médias e operárias.

Devido a própria natureza do ensino de 1º grau extremamente complexa e ampla, delimitou-se o tema de estudo na análise do princípio da obrigatoriedade e da gratuidade do ensino estabelecido pela lei 5.692/71.

A Evasão e Repetência nas primeiras séries do 1º grau tem-se constituído num problema do ensino público brasileiro. Na tentativa de entender tal problema optamos pelo tema evasão e repetência.

Percebe-se em pesquisa feitas por Pillete, Libânio, Ceccon etc. A situação de fracasso escolar mostrado na forma de evasão e repetência, teve início com a industrialização do país, onde a classe dominante detentora do poder, precisava de força de trabalho e para tanto cria o ensino público para atender os seus interesses.

Baseado em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo (escolas), o trabalho procurou examinar alguns dados a respeito de taxas de escolarização, evasão e repetência escolar, relacionado a fatos que evidenciem a problemática do ensino fundamental.

Nos comentários recorrentes, houve um esforço para solucionar estes problemas encontrados sobre a evasão e repetência escolar com uma tentativa de democratização do ensino e a realidade da seletividade do sistema escolar expressa pelas desigualdades de oportunidades educacionais.

Na fase conclusiva do trabalho, as discussões também foram conduzidas com propósito de fazer um apelo aos educadores e aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuem para o processo educacional, para fazerem uma parada a fim de melhor refletirem sobre os problemas que afetam a educação brasileira.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

Para melhor compreendermos a situação do fracasso escolar é necessário que se faça uma retrospectiva histórica.

Foram as ordens religiosas as iniciadoras do movimento educacional no Brasil, principalmente os jesuítas. Na época do Brasil colônia foi o jesuíta Vicente Rodrigues que em 1549, criou a primeira escola para ensinar a ler e escrever aos colonos e seus filhos.

No século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil fundaram-se na corte, Rio de Janeiro, sede do governo, instituições de ensino superior e a partir deste período o ensino básico, primário popular foi esquecido. A partir de 1822, independente o Brasil, a instrução vai tomar regulamentação em virtudes das idéias ² brasileiras ¹ da [?] constituição de 1824. O Ministério da Instrução Pública, adotada o método Joseph Lancaster, era um processo simples. Ensino mútuo, lógico e sem complicações técnicas que se reduziam os professores do passado. Consistia no professor fazer os alunos mais instruídos e capazes de transformarem-se em explicadores e repetidores das lições. (1) castigo físico abolido foi substituído pela punição moral.

Em 1920, o acesso a escola estava res -

trito as classes dominantes, à burguesia industrial e às classes médias que reivindicavam por um número elevado de analfabetismo na população, que contava com 81% de analfabetos.

(2)

Nesse mesmo período foi divulgado uma estatística sobre o analfabetismo no mundo, onde o Brasil apareceu como país líder. Esta situação se deu ao processo de luta pelo acesso a escola. Em 1945, o país entrou num processo de redemocratização, e frente às expressões para ampliação do acesso a escola, a primeira grande expansão da rede pública do país. Foi nesse período que o problema da repetência e evasão escolar começou a aparecer mais claramente, a preocupar os estudiosos da época.

Em 1950, os índios oficiais referentes ao número de repetência andavam em torno de 54% da população escolar. Diante dos altos índices de repetência, os valores da escola ou problemas individuais dos alunos, começaram a intervir.

Pela evidência e gravidade do problema, começaram a surgir propostas levantadas no 1º congresso Estadual de Educação ocorrido em 1957, onde a repetência já era denunciada como mecanismo seletivo das escolas.

Em 1964, diante de um diagnóstico que camuflava o papel de seletividade escolar na reprodução social foram adotadas medidas que atenderam ao problema real na

qual se encontrava a educação. As medidas tomadas foram: expansão de alunos, adequação dos programas às diferenças individuais ao aperfeiçoamento do magistério primário.

Na realidade essas medidas só foram tomadas no país porque necessitavam de mão-de-obra qualificada, com um mínimo de conhecimento necessário, para o aumento da produção industrial. Portanto, os anseios populares de ascensão social através da escola só foram atendidos na medida em que a qualidade da força de trabalho tornaram-se interesse da classe dominante.

Diante deste desenvolvimento, percebemos as seguintes características assumidas pela escola:

- . Funciona como legitimadora do sistema capitalista, mantendo a reprodução de classe;

- . Utiliza mecanismo de extensão e seleção de alunos;

- . Essa exclusão progressiva e funcional é necessário dentro do modelo capitalista brasileiro para a manutenção das diferenças de classe.

A análise do sistema escolar brasileiro em relação a qualquer dos níveis de ensino não deve ser permeada apenas pelas informações teóricas acima delineadas, requer uma visão muito mais ampla, entendida pelas medidas governamentais no âmbito da educação.

(Fonte 9)

(3)

Segundo Luiz Antônio Cunha quando se define a escola com relação apenas a seus componentes formais, entende-se como uma instituição onde vão as pessoas que não adquiriram sua maturidade no campo do saber, de uma parte; de outra parte onde vão especialistas no domínio da educação, que colocam atividades previstas num programa pré-estabelecido e submetido à avaliação.

Nesse sentido, diz o autor, a escola é antiga e existiu em todas as sociedades. Mas a sociedade capitalista de uma nova função à escola. A reclassificação dos indivíduos, segundo as diferentes classes sociais, segundo suas capacidades e motivações próprias.

A elaboração desta nova concepção da escola foi integrada à ideologia oficial, mas os sistemas escolares, sobretudo nos países subdesenvolvidos, não tinham a organização necessária para atender a este objetivo, nem a estrutura requerida para escolarizar toda a população.

O autor ainda afirma que nas sociedades capitalistas, a prática escolar utiliza três tipos de conexão para se ligar à ideologia dominante.

1º Depois do aparecimento das sociedades capitalista até o século XIX, os operários eram excluídos da escola. Somente as classes burguesa e pequena burguesa, a ela tinham acesso. O que existia eram escolas religio-

sas, que para atender à prática da caridade, aceitavam os filhos de trabalhadores e operários, ensinando-lhes a primeiras letras. Assim o objetivo da educação e do ensino, era estabelecido a classe social à qual pertencia o indivíduo e a escola era assim dividida: De um lado, a classe dominante e do outro, as escolas elementares deixadas aos cuidados dos religiosos que assistiam aos desfavorecidos.

2º O desenvolvimento da indústria e manufaturas, tornou necessária a alfabetização do trabalhador, que devia conhecer as noções elementares de aritmética.

A educação elementar se desenvolveu a partir de uma definida separação das classes sociais. Nas escolas destinadas à classe trabalhadora, o ensino se reduzia ao número indispensável para os trabalhos cotidianos, sendo de baixa qualidade e inferior em termos de conteúdos e carga horária, ao ensino ministrado à classe dominante e média.

3º Criou-se assim, um tipo de escola secundária para os estudantes oriundos da classe trabalhadora. Esta escola tinha como objetivo, qualificá-los para o trabalho industrial, de modo que pudessem se integrar aos quadros médios.

Observa-se que desde já, havia a di

visão de classe, e o reforço da estrutura social, dentro, mesmo da escola, que através da diferenciação dos seus programas, fazia a separação de classe segunda a divisão social do trabalho.

Revendo a constituição, Cunha ⁽⁴⁾ (1979) verifica que uma das primeiras iniciativas do estado foi a de estabelecer o ensino primário de quatro anos, obrigatório para todos. A lei de diretrizes e bases de 1961, estabeleceu que a obrigatoriedade seria a partir dos 7 anos de idade, logo a faixa de escolarização obrigatória seria de 7 a 14 anos. A constituição de 1967 antecipando alguns aspectos da lei 5.692/71, estabelece o prolongamento da obrigatoriedade de 4 para 8 anos, passando pela nova lei a denominar-se de Ensino do 1º grau ou fundamental, a educação destinada à criança e ao pré-adolescente, correspondente a faixa etária de 7 a 14 anos. Além da obrigatoriedade o ensino de 1º grau passou a ser gratuito nas escolas da rede oficial.

Tais medidas mostram, claramente, que o estado estabeleceu para si o dever de garantir a todos a escolarização obrigatória e gratuita naquele grau de ensino. Beneficiando as camadas inferiores da população brasileira pela garantia de uma permanência na escola.

Somente uma análise criteriosa e exaustiva de dados estatísticos permitiria apontar deficits imensos

no atendimento educacional oferecido a maioria da população.

Em maio de 1934, Lourenço Filho, fazendo a apresentação dos resultados obtidos no primeiro levantamento estatístico global da situação do ensino depois da Revolução de 30 dizia:

" O que mais impressiona não é a taxa de crianças de idade escolar, fora das escolas. Para oito milhões de crianças nessas condições, não foi surpresa saber-se que pouco mais de dois milhões estão arrolados nas escolas. Mas a frequência não chega a 70%. E sobre frequência assim reduzida, a deserção escolar é sintoma impressionante. Mesmo para o ensino fundamental comum, a taxa dos alunos que chegam a concluir o curso não atinge a seis por cento. O rendimento efetivo, real do ensino primário no Brasil é, pois, dos mais pobres em todo o mundo, à vista dessa deserção." (5)

Nos tempos de hoje continuamos com a mesma situação que falava Lourenço Filho: para cada 1.000 crianças que se matriculam na 1ª série do 1º grau somente 438 chegam a 2ª série, 397 à 4ª série e 180 ao último ano do 1º grau maior (5ª a 8ª) (Dados levantados em ensino 1º grau 1974/1978).

Os altos índices de evasão e repetência



vem atravessando todos os planos e investimentos em educação fundamental, desde os movimentos mais efetivos de implantação de um sistema público de ensino, na década de '20, até os dias de hoje, quando o Ministério da Educação define explicitamente a educação de 1º grau como sua meta prioritária.

"Depois de repetir a 1ª série e com frequência mais de uma vez, a metade dos alunos abandona a escola". (Projeto ECIEL, 1980)

O problema da evasão e repetência no 1º grau nos remete para a questão da seletividade social dentro da escola. A democratização do acesso não é garantia de democratização do ensino.

2. O RIO GRANDE DO NORTE E A QUESTÃO EDUCACIONAL

O Rio Grande do Norte foi capitania desde 06 de janeiro de 1598, quando o Forte dos Reis Magos foi erguido como símbolo do domínio Português. Tendo sido Natal fundada em 25 de dezembro do ano seguinte.

Primeiro surgiram algumas vilas, que foram confiadas a ordem religiosa que imprimiram entre nativos e sesmeiros.

O ensino das primeiras letras foram ministradas por esses missionários. Nessa época o ensino era feito nas fazendas e engenhos. Era no regime da palmatória e de castigos. Só quem tinha o direito de aprender a ler e escrever era os meninos. As meninas eram proibidas. Elas deviam apenas fazer os trabalhos domésticos.

Nessa época a remuneração era pouquíssima e quase não se conseguia professores, pois eles começavam a ensinar e depois deixavam por falta de dinheiro. Existiam alguns professores conhecidos como: Mateus Duarte, Prof. Régio, Francisco Xavier Garcia e outros.

Ao findar o ano de 1827, com a lei de 15 de outubro, criaram escolas primárias em todas as cidades, vi-

las e povoados. Em decorrência dessa lei, foi instalada uma escola feminina na Cidade Alta (Natal) a cargo de Dona Francisca Josefa da Câmara e depois para meninos, regida pelo Prof. Francisco Pinheiro Teixeira. Em 1832 em diante funcionaram em outras cidades.

Com o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 descentralizando o ensino primário de secundário, cabia as assembléias provinciais legislar sobre educação.

População da época da província

Habitantes 233.979

Livres 220.959

Escravos 13.020

População Livres

Sabem ler e escrever: Homens 26.602

Sabem ler e escrever: Mulheres 16.220

População Analfabetos

Homens 89.119

Mulheres 92.018

Instituições Públicas (na cidade alta)

Existiam três escolas públicas para o sexo masculino, sendo duas diurnas e uma noturna, que deu bons frutos, e funcionavam das oito horas da manhã às duas horas da tarde.

. Criação - Alvará de 18 de março de 1793

. Regulamento nº 24, de 13 de abril de

Fonte das informações

1869.

. Lei de 14 de dezembro de 1871.

Na Ribeira

Existiam duas escolas públicas, uma para me-
ninos e outra para meninas.

. Criação - Lei 15 de outubro de 1827.

. Regulamento nº 28, de 17 de dezembro de
1872.

. Lei de 15 de outubro de 1827 e 16 de ju-
nho de 1849.

Alunos que frequentavam as escolas na época
da provincia era um total de 364.

Meninos 255

Meninas 109

2.1. CONDIÇÕES PARA O ENSINO PRIMÁRIO

É obrigatório nas cidades e vilas e povoa-
ções para as pessoas de 7 a 15 anos de idade, incorrendo
pais, tutores ou curadores nas penas e multas do artigo 14
do regulamento nº 28, de 17 de dezembro de 1872.

Fonte ?

ESCOLA NORMAL DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

A lei provincial nº 671, de 5 de agosto de

1873, criou no Ateneu Rio-Grandense uma escola normal de ' instrução primária, sendo ensinadas as matérias da mesma ' escola pelos professores respectivos (6).

3. A ESCOLA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

3.1. O papel da instituição: a escola

A escola tem sido alvo desde muito tempo, de constantes análises sobre seu papel, sua função, enfim, sobre os seus objetivos. São constantemente estampados em artigos, livros e jornais, notícias sobre a situação de abandono e crise em que se encontra às escolas públicas do nosso país. Os índices de analfabetismo, a repetência e a evasão escolar são os mais fiéis indicadores de que algo vai mal. A partir dessas contradições o Estado aparentemente busca formas de erradicar essa situação, a partir de projetos específicos, como por exemplo, o plano nacional da Educação Pré-escolar, embora os resultados até então alcançados sejam mínimo. O que se sabe é que o problema continua sem maiores alterações em seu quadro global. Seria então o caso de questionarmos sobre o que verdadeiramente tem acontecido.

Segundo Brandão ⁽⁷⁾ o índice alarmante do fracasso escolar vem sendo explicado segundo diferentes concepções. Uma delas são os fatores sociais. As dificuldades escolares se devem ao fato de as crianças serem "desfavorecidas", "marginalizadas" e "privadas socio-culturamente", fa

tos estes que não permitem sua inserção no sistema escolar. A patologização não é da criança, e sim da família e seu meio ambiente. É o fatalismo sociológico.

Brandão (1979) nesse aspecto analisa:

(...) " O fracasso escolar é seletivo. Atinge antes de tudo, as classes sociais desfavorecidas, isto é, a maioria. Para essas crianças o fracasso representa a norma, ao passo que é excepcional entre as crianças das classes privilegiadas. O que está em questão é a função da escola na sociedade capitalista e, mais além, as relações sociais que a determinam".

Na verdade, é na sociedade, nos tipos de relações da sociedade capitalista que estão engendradas as questões que atingem a escola. Acredita-se que a educação formal é o caminho da ascendência social, que se deve assegurar a todos o direito de ingresso a escola e consequentemente, o direito de galgar uma boa situação econômica, obtendo assim, melhores condições de vida.

3.2. A construção do saber: uma proposta pedagógica construtivista de ensino.

A teoria construtivista da alfabetização pres

supõe uma proposta de mudança conceitual da prática pedagógica, através do desenvolvimento da alfabetização em crianças de diferentes setores sociais. Na prática, aborda diferentes aspectos sobre os conhecimentos técnicos, respeito às crianças, oposições aos sistemas educacionais repressivos e coragem para enfrentar o conservadorismo das metodologias tradicionais.

A expansão do construtivismo por educadores de vários países da América Latina, nos anos 80, deslocou o eixo da preocupação de "como se ensina" para o "como se aprende".

Um dos aspectos mencionados na proposta pedagógica do tipo construtivista refere-se as intervenções pedagógicas. Os usos de cartilhas, o sistema de avaliação e promoção dos alunos devem ser reavaliados, pois o importante é o desenvolvimento das idéias da criança sobre a escrita como um processo evolutivo. O processo de compreensão do sistema alfabético pela criança passa necessariamente por etapas em que a criança constrói o seu conhecimento, independentemente da camada social a que pertença. Nesse processo, Emília Ferreiro (8) ainda é significativo para a criança a quantidade de informações sobre a linguagem escrita como condição necessária e suficiente para que a criança chegue à escola sabendo o quer dizer "ler"



e entendendo o que quer dizer "escrever".

As crianças buscam informações em distintas fontes. Portanto, o nível de contextualização de uma criança também vai interferir no sucesso ou fracasso escolar.

O objetivo da Pedagogia Freinet está atrelado a alternativas de ação pedagógicas visando a qualidade do ensino das escolas públicas, destinada à educação básica de crianças das classes populares.

A problemática de Freinet surgiu mediante a baixa qualidade de aprendizagem formal efetivamente realizada nas escolas tradicionais onde evidenciavam problemas de aprendizagem que poderíamos caracterizá-los como o "fracasso escolar" presente, em sua maioria, nas instituições escolares.

3.3. Procedimentos Metodológicos (Entrevistas)

Para a coleta de dados, utilizamos a entrevista por apresentar grande flexibilidade e ampla liberdade para o entrevistado. Lançamos mão ainda no método de observação para completar alguns dados que julgamos necessário.

O nosso ^{objetos} sujeito de estudo ^{foram} foi as escolas 15 de Outubro e Adelina Fernandes. A seleção das referidas'

escolas se deu pelo fato das mesmas serem campo de atuação da prática de ensino dos componentes do grupo e por eu trabalhar em uma delas que é a 15 de Outubro. E assim facilitando os contatos desenvolvidos a um âmbito propício a realização da pesquisa.

A partir destas entrevistas podemos perceber que na maioria dos seus alunos não chegam a quarta série sem que tenham de repetir séries anteriores. Vale ressaltar também a quantidade considerável de alunos que desistem de estudar por motivos que para eles, devido as circunstâncias, se tornam impossível de frequentar a escola. Diante de vários problemas por eles encontrados, podemos citar os seguintes:

- . falta de vagas
- . distância da escola
- . falta de interesse
- . dificuldade em acompanhar o ritmo dos
companheiros (colegas)
- . falta de material escolar
- . problemas pessoais.
- . não vêem importância na escola
- . precisam trabalhar para sobreviverem

Queremos notificar também que os professores responderam a respeito do assunto.

- . má alimentação;

. crianças de famílias desajustadas de pais separados;

- . superlotamento das salas de aulas;
- . mal atendimento escolar;
- . visão de mundo que os alunos não têm.

Diante de toda a problemática encontrada na educação, desde a industrialização, a seletividade dava ' privilégio apenas para alguns (a classe dominante). A partir daí começou a crescer o índice de analfabetismo causados por diversos fatores, onde de todos o mais observado foi o fator sócio-econômico.

Em análises a algumas entrevistas feita por professores percebemos que existe uma divergência quanto ' ao que poderíamos chamar de causas da evasão e repetên- ' cia, como vimos nos fatores anteriores.

Queremos mostrar nesta análise dois pontos ' fundamentais a partir dos quais se notificam comentários:

. A evasão e repetência é uma realidade nas escolas públicas acarretados por problemas diversos como ' responderam os alunos e professores, porém existe problemas como: má qualidade do ensino, professor despreparados seletividade etc . . . que não considerados como fatores primordiais.

Existe toda uma ideologia mistificando as



causas e apontam fatores discriminatórios: abordagem psicologicista, biologicista, culturalista etc. como causa da evasão e repetência.

. No estudo que fizemos as causas apontadas pelos professores que se incluem nas abordagens discriminatória, verificamos que eles também não têm conhecimento do real problema da evasão e repetência, as causas apontadas por eles são inconsciente de modo que os nossos professores, não estão preparados e constituem-se como principal barreira na luta contra a evasão e repetência.

Das questões levantadas já se pode delinear que a escola estabelece normas que devem ser sugeridas em função dos seus interesses, da classe dominante e não dos interesses da população, onde muitas vezes essa população não tem acesso à escola, pois precisam trabalhar para sobreviverem, e assim havendo a evasão.

Enquanto que a repetência muitas vezes é por causa da situação financeira, não tendo uma boa alimentação, fazendo com que as crianças passem até fome.

O fraco rendimento escolar das crianças, pode estar refletido também na desvalorização das autoridades competentes, visto que os mesmos não tem nenhum interesse com a educação. Deixando assim uma escola desvalorizada.

4. LEVANTAMENTO DE DADOS

Situação levantada em Natal na Escola Estadual "15 de Outubro".

Esta pesquisa foi feita no período de cinco anos (1985 a 1989), para todas as séries de 1ª à 4ª série do 1º grau. Foram calculadas as taxas de evasão e repetência.

A nomenclatura utilizada no fluxo é a seguinte:

E- alunos evadidos

R - alunos repetentes. (segue em anexo)

De acordo com o levantamento o ponto de estrangulamento do sistema é a passagem da 1ª série para a 2ª série, onde as taxas de evasão e repetência em Natal, na escola pesquisada chegam a 81 %.

Houve algumas dificuldades em pesquisar a questão da evasão e repetência no 1º grau, pela falta de pesquisadores sobre o assunto. Praticamente não existem pesquisas sobre este assunto, são poucos livros existentes. Apenas algumas reportagens em revistas como AEC, Veja e nova escola e também em reportagem feita pela televisão como em Globo reporter e fantástico.

A pesquisa foi baseada em alguns livros e nas escolas.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa em questão expressou em seu tema a abrangente questão sobre a Evasão e Repetência no ensino público de 1ª a 4ª série do 1º grau, cuja hipótese foi trabalhada em cima de um referencial teórico pouco documentado, em face do empobrecimento de seus arquivos.

Pretende-se que os resultados desta pesquisa venha a subsidiar estudos sobre o tema que as pessoas que fazem o índice de evasão e repetência não parte apenas de um fator, mas de vários fatores, de modo que não se pode atribuir este quadro (a que chegamos) a causas isoladas: ao invés de esperar soluções das autoridades: governo, especialistas educacionais, e outros, devem os professores se conscientizarem da situação, e dentro de suas possibilidades, vinculando o ato educativo ao ato político na luta pela transformação para uma sociedade mais democrática.

*Podem analisar melhor
os dados levantados*

6. ANEXOS

Escola Estadual 15 de Outubro

Ano 1985

1ª série - total	<u>163</u>	Alunos	R. <u>48</u>
			E. <u>34</u>
2ª série - total	<u>129</u>	Alunos	R. <u>30</u>
			E. <u>07</u>
3ª série - total	<u>101</u>	Alunos	R. <u>43</u>
			E. <u>06</u>
4ª série - total	<u>90</u>	Alunos	R. <u>09</u>
			E. <u>05</u>

Ano 1986

1ª série - total	<u>161</u>	Alunos	R. <u>65</u>
			E. <u>32</u>
2ª série - total	<u>112</u>	Alunos	R. <u>28</u>
		Alunos	E. <u>12</u>
3ª série - total	<u>127</u>	Alunos	R. <u>27</u>
			E. <u>15</u>
4ª série - total	<u>62</u>	Alunos	R. <u>06</u>
			E. <u>08</u>

Ano 1987

1ª série - total	<u>125</u>	Alunos R. <u>48</u>
		E. <u>15</u>
2ª série - total	<u>104</u>	Alunos R. <u>31</u>
		E. <u>05</u>
3ª série - total	<u>120</u>	Alunos R. <u>38</u>
		<u>09</u>
4ª série - total	<u>89</u>	Alunos R. <u>26</u>
		E. <u>10</u>

Ano 1988

1ª série - total	<u>189</u>	Alunos R. <u>100</u>
		E. <u>39</u>
2ª série - total	<u>76</u>	Alunos R. <u>35</u>
		E. <u>05</u>
3ª série - total	<u>120</u>	Alunos R. <u>43</u>
		E. <u>11</u>
4ª série - total	<u>104</u>	Alunos R. <u>19</u>
		E. <u>10</u>

Ano 1989

1ª série - total	<u>222</u>	Alunos R.	<u>102</u>
		E.	<u>28</u>
2ª série - total	<u>155</u>	Alunos R.	<u>35</u>
			<u>19</u>
3ª série - total	<u>120</u>	Alunos R.	<u>19</u>
		E.	<u>13</u>
4ª série - total	<u>106</u>	Alunos R.	<u>21</u>
		E.	<u>07</u>

7. NOTAS



01. MEDEIROS, Tarcísio. Síntese histórica da Educação no Rio Grande do Norte (Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. Vols LXV-LXVI LXVII, pág. 173 a 194. Natal, 1978.
02. PATO, Maria Helena Sousa. A Produção do fracasso Escolar. Edição Histórica de submissão e rebeldia. São Paulo, T.A. Queirós 1991.
03. CUNHA, Luiz Antonio, Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
04. Idem
05. TEIXEIRA, Freitas, M.A. O ensino primário no Brasil, São Paulo, Melhoramento, 1934, pág. 8.
06. NOBRE, Manoel Ferreira. Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte, Ed. Pongetti Rio de Janeiro, 2ª ed. 1971.
07. BRANDÃO, Zaia e outros. A escola em questão, Evasão e Repetência no Brasil, Ed. Achiamé, Rio de Janeiro, 1983.
08. FERREIRO, Emília. Recepções sobre alfabetização. São Paulo: Cortez - autores associados, 1986.

8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

REVISTAS

01. AEC- Revista de Educação. Educação Libertadora, Participação e Justiça. Ano 22, nº 87 Abr/Jun- 1993.
02. NOVA ESCOLA - Para professores de 1º grau - ano III.º nº 25, out. 1998. p. 58 e 59.

LIVROS

01. AZEVEDO, Fernando de. A educação entre dois mundos: ' problemas, perspectivas e orientação. São Paulo: Melhoramentos, S. d, obras completas. V. 14.
02. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
03. BRANDÃO, Zaia e outros. A escola em questão, Evasão e Repetência no Brasil. Ed. Achiamé, Rio de Janeiro, ' 1983.
04. CECCON, Claudius e outros. A vida na escola e a escola da vida. 13ª ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, ' 1985.
05. CHAUI, Marilena de Souza. O que é ideologia. 5ª edição, coleção primeiros passos, São Paulo, Editora ' Brasiliense, 1981.

06. CUNHA, Luiz Antonio Rodrigues da. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
07. CARDOSO, F. Henrique. Mudanças sociais na América Latina. São Paulo: Difel, 1969.
08. FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
09. _____. Conscientização, Teoria e prática da Libertação. São Paulo, Editora Moraes, 1980.
10. _____. Pedagogia do oprimido. ed. 15ª, Paz e Terra. São Paulo, 1985.
11. FREINET, Celestion e SALENGROS: Modernizar a Escola.' Lisboa, Dinalivro, 1977.
12. _____. Ensaio de psicologia sensível 1: aquisição de técnicas construtivistas de vida. Lisboa, Presença, 1976.
13. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980
14. FERREIRO, Emília. Recepções sobre alfabetização. São Paulo: Cortez - autores associados, 1986.
15. _____. Educação e reflexão. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
16. GADOTTI, Moacir. Pensamento e ação no magistério. Convite à leitura de Paulo Freire. S. Paulo, ed. Scipi

- one, 1989.
17. ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.
 18. LUIZA, Maria S. Ribeiro. História da Educação Brasileira. 6ª ed. São Paulo, editora Moraes, 1978.
 19. MEDEIROS, Tarcísio. Síntese Histórica da Educação no ' Rio Grande do Norte (Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. Natal, 1978.
 20. NOBRE, Manoel Ferreira. Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte. Ed. Pongetti, Rio de Janeiro. 2ª ed. 1971.
 21. PONCE, Aníbal. Educação e luta de classe. 4ª ed. São ' Paulo: Cortez, 1983.
 22. RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola. 5ª ed. São Pau lo: Cortez, 1986.
 23. SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo. Ed.' Cortez, 1983.
 24. TEIXEIRA, Freitas M. A. O ensino primário no Brasil, ' São Paulo, Melhoramentos, 1934, p.8.
 25. PATO, Maria Helena Sousa. A produção do fracasso esco - lar. Edição Histórica de submissão e rebeldia. São ' Paulo, T. A. Queirós, 1991.

